



PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 **TJ/PA**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Unidade Gestora – 040101 – Recurso do Tesouro

O presente relatório tem por finalidade emitir parecer sobre as atividades financeira, orçamentária e patrimonial, desenvolvidas no **Exercício de 2016**, e consolidadas no processo de Prestação de Contas 2016 do TJ/PA, em atendimento ao § 2º do Art. 46 da Lei Complementar N° 081, de 26 de abril de 2012 (LOTCEPA), c/c o inciso II do Art. 160 do Ato N° 63, de 17 de dezembro de 2012 (RITCEPA), demonstrando os fatos mais relevantes da Gestão dos Recursos Públicos Estaduais da Unidade Gestora: 040101 – Tribunal de Justiça do Pará - Recurso Tesouro - Exercício de 2016.

Ressalta-se que além de analisarmos o processo físico, encaminhado pela Secretaria de Planejamento, são utilizados como instrumentos auxiliares para ratificar os dados constantes do aludido processo, as informações obtidas diretamente no Sistema SIAFEM e da ferramenta *Business Objects* (sistema adotado pelo Governo do Estado do Pará, que tem por finalidade extrair dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do SIAFEM).

A seguir, apresentamos análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício 2016:

1.GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 DOS RECURSOS PREVISTOS E ARRECADADOS

A previsão de recursos a receber do Tesouro Estadual foi na ordem de **R\$-993.583.217,00** (novecentos noventa e três milhões, quinhentos oitenta e três mil, duzentos e dezessete reais), sem o computo dos recursos previdenciários, estimando-se em um ingresso mensal de **R\$-82.798.601,42**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

(oitenta e dois milhões setecentos noventa e oito mil, seiscentos e um reais e quarenta e dois centavos), conforme quadro abaixo:

Quadro I - Previsão de Receita para 2016 – Geral do TJPA

PREVISÃO DE 2016		
FONTE	INICIAL	%
101 – RECURSOS ORDINÁRIOS	831.163.497,00	83,65
106- REC.PROV. DE TRANSF. - CONVÊNIOS	800.000,00	0,08
112- RECEITA PATRIMONIAL	30.971.073,00	3,12
118- REC. PRÓPRIA DO FRJ	130.648.647,00	13,15
TOTAL	993.583.217,00	100,00
MÉDIA MENSAL		82.798.601,42
Fonte: LOA 2016 – OB		

Após a operação orçamentária de “Movimentações de Créditos” para a “UG040102 Fundo de Reparcelamento Judiciário-FRJ” no total de **R\$-140.393.289,00** (cento e quarenta milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta e nove reais), valor este resultante da soma da “Previsão da Receita da Fonte 118- FRJ” no importe de **R\$-130.648.647,00** (cento e trinta milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e sete reais) e o montante destinado à cobertura da contribuição do plano de saúde dos servidores ativos, no valor de **R\$-9.744.642,00** (nove milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais) retirado da “Previsão da Receita da Fonte 112 – Receita Patrimonial”, coube a Unidade Gestora – 040101 – “Recurso do Tesouro”, alvo deste relatório, o montante inicial de **R\$-853.189.928,00** (oitocentos e cinquenta e três milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentos vinte e oito reais), exceto os recursos previdenciários, como segue:

Quadro II - Previsão de Receita para 2016 – UG 040101

FONTE	INICIAL	%
101 – RECURSOS ORDINÁRIOS	831.163.497,00	96,85
106- REC.PROV. DE TRANSF. - CONVÊNIOS	800.000,00	0,27
112- RECEITA PATRIMONIAL	21.226.431,00	2,88
TOTAL	853.189.928,00	100,00
MÉDIA MENSAL		71.099.160,67
Fonte: LOA 2016 – OB		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Mantendo o equilíbrio orçamentário, a “Dotação Inicial da Despesa” foi fixada no mesmo patamar. Após sofrer várias alterações a “Dotação Atualizada” do exercício ficou na ordem de **R\$-956.062.890,70** (novecentos e cinquenta e seis milhões, sessenta e dois mil, oitocentos e noventa reais e setenta centavos) e a Despesa Empenhada de **R\$-941.437.205,98** (novecentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e cinco reais e noventa e oito centavos), correspondendo a uma economia na realização da despesa no montante de **R\$-14.625.684,72** (quatorze milhões, seiscentos vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos), conforme quadro abaixo:

Quadro III - Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECURSOS ARRECADADOS EM EXER. ANTEROR	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	-	-
OPERAÇÕES CRÉDITO/REFINANCIAMENTO	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO		
DÉFICIT		941.437.205,98
TOTAL		941.437.205,98
SALDOS EXERC ANTERIORES (UTILIZADOS P/ CRÉDITOS ADICIONAIS)		
SUPERÁVIT FINANCEIRO		
REABERTURA CRÉDITOS ADICIONAIS		
SUPERA VIT FINANCEIRO	39.939.545,69	18.906.396,92
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
DESPESAS CORRENTES	953.413.808,55	941.419.905,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	843.486.870,78	837.468.351,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	109.926.937,77	103.951.554,12
DESPESAS DE CAPITAL	2.649.082,15	17.300,00
INVESTIMENTOS	2.649.082,15	17.300,00
INVERSOES FINANCEIRAS		
SUBTOTAL DESPESAS	956.062.890,70	941.437.205,98
TOTAL DE ECONOMIA		14.625.684,72

O valor deficitário de **R\$-941.437.205,98** (novecentos e quarenta e um milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e cinco reais e noventa e oito centavos) evidenciado no Balanço



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Orçamentário deve-se ao fato do Órgão não ser agente arrecadador e depender de repasse de Recurso do Tesouro.

Os recursos totais ingressados no TJPA em 2016, incluídos os recursos previdenciários, atingiram o montante de **R\$-1.145.443.176,56 (um bilhão, cento quarenta e cinco milhões quatrocentos e quarenta e três mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro IV -ARRECADAÇÃO GERAL DE RECURSOS DO TJ/PA EM 2016

CODIGO	2012	2013	Δ	2014	Δ2	2015	Δ3	2016	Δ4
101000000	596.538.971,02	658.382.790,60	1,1	741.786.693,47	1,13	811.847.998,02	1,09	890.686.806,38	1,10
101002512	38.795.053,85	28.936.167,48	0,75	42.165.928,96	1,46	64.286.719,15	1,52	63.536.474,69	0,99
106000000	166.311,98	296.944,20		212.838,02	0,72	789.863,14	3,71	151.469,36	0,19
112000000	10.502.559,52	14.029.752,47	1,34	19.236.080,05	1,37	23.821.824,23	1,24	25.974.983,04	1,09
116000000	-	-	0	-	0	-	0	2.028,45	1,00
118000000	58.948.215,75	67.723.579,84	-	104.035.223,95	1	107.023.700,88	1,03	121.410.262,66	1,13
254002992	1.345.972,71	7.769.055,38	5,77	2.335.144,65	0,3	3.231.272,54	1,38	414.073,61	0,13
258002992	22.828.344,74	23.156.330,13	1,01	38.395.214,96	1,66	44.181.238,37	1	40.027.386,96	0,91
258002993								1.061.472,37	1,00
301000000	-	-	-	131.435,70	-	-	1	-	0,00
318000000	3.570,50	-	-	300.641,41	-	150.000,55	1	-	0,00
654002992	120.555,17	114.802,39	0,95	-	-	-	-	-	0,00
654002993								52.267,53	1,00
658002992	-	-	-	2.622.912,70	1	-	-	2.125.951,51	1,00
TOTAL	729.249.555,24	800.409.422,49	1,1	951.222.113,87	1,19	1.055.332.616,88	1,11	1.145.443.176,56	1,09



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Do total dos recursos ingressados no TJPA coube a esta UG040101, a soma de “Recursos Ordinários” o valor de **R\$-884.159.052,86** (oitocentos e oitenta e quatro milhões, cento e cinquenta e nove mil cinquenta e dois reais e oitenta e seis centavos) e de Recursos da Previdência-RPPS o montante de **R\$-107.217.626,67** (cento e sete milhões, duzentos e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos), perfazendo um total de **R\$-991.376.679,53** (novecentos noventa e um milhões, trezentos setenta e seis mil seiscentos setenta e nove reais e cinquenta e três centavos), valor este que superou a previsão inicial em 3,63%. Nos quadros a seguir, demonstramos o detalhamento da arrecadação da UG:

Quadro V – Recursos do Tesouro

RECURSOS ORDINÁRIOS INGRESSADOS EM 2016			
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	R\$	%
RECURSOS ORDINÁRIOS	0101000000	872.521.101,85	98,68
RECURSOS PROVENIENTE DE TRANSF.CONVÊNIOS	0106000000	151.469,36	0,02
RECEITA PATRIMONIAL	0112000000	11.486.481,65	1,30
TOTAL		884.159.052,86	100

FONTE: SIAFEM (2016) – BO (2016).

Os recursos previdenciários repassados pelo IGEPREV e gerenciados também pela UG em questão, para fazer face à despesa com a Folha de Inativo foi na ordem de **R\$-107.217.626,67** (cento e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos), como segue:

Quadro VI - Recursos Previdenciários recebidos em 2016

RECURSOS PREVIDENCIARIOS INGRESSADOS EM 2016			
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	R\$	%
FOLHA DE INATIVO/PENSIONISTAS OUTROS	101002512	63.536.474,69	59,26
RECUR PRP.FUN FINAN.PREV.EST.-CONTRIB. SEGURADOS	254002992	414.073,61	0,39
RECUR PRP.FUN FINAN.PREV.EST.-CONTRIB. SEGURADOS	254002993	1.061.472,37	0,99
RECURSOS PRP.FUN FINAN.PREV.EST.-CONTRIB.PATRONAL	258002992	40.027.386,96	37,33
RECUR PRP.FUN FINAN.PREV.EST.-CONTRIB. SEGURADOS	654002993	52.267,53	0,05
RECURSOS PRP.FUN FINAN.PREV.EST.-CONTRIB.PATRONAL	658002992	2.125.951,51	1,98
TOTAL		107.217.626,67	100

FONTE: SIAFEM (2016) – BO (2016).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Este somatório de **R\$-991.376.679,53** (novecentos noventa e um milhões, trezentos setenta e seis mil seiscentos setenta e nove reais e cinquenta e três centavos), nele incluído as “Transferências Constitucionais – Fonte 101”, os recursos gerados por rendimento de aplicações financeira “Fonte 112 - Receita Patrimonial” e os SPRED, gerados pela Conta de Depósito Judiciais - “Fonte 101” (Lei Complementar 151/2015 e Portaria 5073/2015_GP/TJPA), recursos estes arrecadados e recebidos através do Tesouro Estadual, que somados ao sub-repasse recebido da “UG 040102 - FRJ”, no valor de **R\$-303.923,31** (trezentos e três mil, novecentos e vinte e três reais e trinta e um centavos), totaliza **R\$-991.680.602,84** (novecentos e noventa e um milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e dois reais e oitenta e quatro centavos), conforme quadro a seguir:

Quadro VII – Dados retirados do Balanço Financeiro 2016

BALANCO-FINANCEIRO			
INGRESSOS			
RECEITA ORCAMENTARIA			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			991.680.602,84
TRANSF.RECEBIDAS P/EXECUCAO ORCAMENTARIA		991.680.602,84	
REPASSE RECEBIDO	979.403.845,67		
SUB-REPASSE RECEBIDO	303.923,31		
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	11.972.833,86		

1.2 DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

A despesa do exercício totalizou o valor de **R\$-941.437.205,98** (novecentos quarenta e um milhões, quatrocentos trinta e sete mil, duzentos e cinco reais e noventa e oito centavos), incluída a despesa previdenciária, que somada as transferências concedidas ao IGEPREV, referente ao Aporte Financeiro, para cobertura do déficit previdenciário no montante de **R\$-57.499.751,84** (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos) e a despesa de convênios executada com o sub-repasse transferido da “UG 040102 - FRJ”, no valor de **R\$-303.923,31** (trezentos e três mil, novecentos e vinte e três reais e trinta e um centavos), atingiram o montante de **R\$-999.240.881,13** (novecentos noventa e nove milhões, duzentos e quarenta mil, oitocentos oitenta e um reais e treze centavos), conforme abaixo discriminado:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro VIII - Dados extraídos do Balanço Financeiro 2016

DISPÊNDIOS			
DESPESA ORÇAMENTARIA			941.437.205,98
ORDINARIA		886.101.570,09	
RECURSOS ORDINARIOS DO TESOUREO ESTADUAL	886.101.570,09		
VINCULADA		55.335.635,89	
REC.DESTINADOS A PREVIDENCIA SOCIAL-RPPS	43.246.828,10		
REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONVENIOS E OUTROS	361.038,95		
OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS	11.727.768,84		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			57.803.675,15
TRANSF.CONCEDIDAS P/EXECUCAO ORÇAMENTARIA		303.923,31	
REPASSE CONCEDIDO	303.923,31		
TRANSF.CONCEDIDAS P/APORTES RECURSOS P/O RPPS		57.499.751,84	
TOTAL			999.240.881,13
DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO (total do Quadro 06 – o total do Quadro 07)			(7.560.278,29)

Comparando-se o total de ingressos demonstrado no **Quadro VII** e os dispêndios do **Quadro VIII**, observa-se um Déficit Orçamentário da ordem de **R\$-7.560.278,29** (sete milhões, quinhentos sessenta mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte nove centavos).

A seguir, o Demonstrativo das Informações do Orçamento Anual da UG – **Quadro IX**:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

DESCRIÇÃO	TOTAL	101	106	112	118	254	258	301	306	312	318	654	658
DOTAÇÃO INICIAL	993.583.217,00	831.163.497,00	800.000,00	30.971.073,00	130.648.647,00	-	-					0	0
SUPLEMENTAÇÃO	161.961.125,19	89.974.629,89	-	7.779.662,85	42.798.084,63			8.517.724,26	209.575,74	59.096,92	12.622.350,90	-	
CANCEL. DE DOTAÇÃO	125.054.728,27	71.974.629,89	-	7.779.662,85	42.798.084,63			0	-	-	2.502.350,90		
DOT.ATUALIZADA	1.030.489.613,92	849.163.497,00	800.000,00	30.971.073,00	130.648.647,00	-	-	8.517.724,26	209.575,74	59.096,92	10.120.000,00	-	-
MOV.CRÉD.P/UG 04102	- 74.426.723,22	36.581.385,00	-	13.920.642,00	130.648.647,00	-	-				10.120.000,00		
AUTOR FINAL	956.062.890,70	885.744.882,00	800.000,00	44.891.715,00	261.297.294,00	-	-	8.517.724,26	209.575,74	59.096,92	20.240.000,00	-	-
EMPENHADA	941.437.205,98	877.616.188,92	151.463,21	11.668.671,92	-	1.042.392,66	38.868.945,53	8.485.381,17	209.575,74	59.096,92	-	52.267,53	3.283.222,38
DISPONIVEL	14.625.684,72	8.128.693,08	648.536,79	33.223.043,08	261.297.294,00	-	-	32.343,09	-	-	20.240.000,00	-	-
LIQUIDADA	941.437.205,98	877.616.188,92	151.463,21	11.668.671,92	-	1.042.392,66	38.868.945,53	8.485.381,17	209.575,74	59.096,92	-	52.267,53	3.283.222,38
A LIQUIDAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

No quadro acima observa-se que do montante de “Abertura de Créditos Adicionais”, nas linhas “Suplementação” e “Cancelamento de Dotação”- Fonte 301, 306, 312 e 318, foram abertos créditos, por meio de Superávit Financeiro apurados no exercício anterior na UG04101, na ordem de **R\$-18.906.396,92** (dezoito milhões, novecentos e seis mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos), o que representou **47,34%** do total de Superávit Financeiro de 2015, no importe de **R\$-39.939.545,69** (trinta e nove milhões, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), contudo, esta UG não apresentou valor disponível na “Fonte 318”, o que caracteriza uma inexatidão ocorrida em razão da Abertura de Crédito Adicional ser realizada nesta Unidade Orçamentária e transferida através de “Movimentação de Crédito” para a UG 040102-FRJ, onde realmente consta o disponível da “Fonte 318”.

Segue quadro com detalhamento do valor utilizado para a “Abertura de Crédito Adicionais”:

Quadro X – Abertura de Crédito Adicional por Superávit.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DOT.CANCEL	SUPLEMENTAÇÃO
301	FOLHA INATIVO/PENSIONISTA OUTROS PODERES (SUPERÁVIT).	-	8.517.724,26
306	REC.PROV.DE TRANSF. CONVÊNIO (SUPERÁVIT)	-	209.575,74
312	RECEIT PATRIMONIAL-OUTROS PODERES (SUPERÁVIT)	-	59.096,92
318	REC.FUNDO DE REAP.JUDICIÁRIO(SUPERÁVIT)	- 2.502.350,90	12.622.350,90
SUB-TOTAL		- 2.502.350,90	21.408.747,82
TOTAL			18.906.396,92

2. GESTÃO FINANCEIRA

2.1 BALANÇO FINANCEIRO

A análise deste demonstrativo possibilita a apuração do resultado financeiro do ente público. No Balanço Financeiro da UG 040101, no exercício de 2016, verifica-se um impacto negativo sobre o saldo em espécie, na ordem de **R\$-12.416.585,96** (doze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos), tendo em vista que o “Saldo do Exercício Anterior era de **R\$-52.045.841,28** (cinquenta e dois milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) e o “Saldo p/o Exercício Seguinte” atingiu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

o montante de **R\$-39.629.255,32** (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte e nove mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e dois centavos), como observado no **Quadro XI**, a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

BALANÇO-FINANCEIRO						
INGRESSOS				DESPESA ORCAMENTARIA		941.437.205,98
RECEITA ORCAMENTARIA				ORDINARIA		886.101.570,09
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		991.680.602,84		RECURSOS ORDIN.DO TESOUREO ESTADUAL	886.101.570,09	
TRANSF.REC. P/EXECUCAO ORCAMENTARIA	991.680.602,84			VINCULADA		55.335.635,89
REPASSE RECEBIDO	979.403.845,67			REC.DESTINADOS A PREVIDENCIA SOCIAL-RPPS	43.246.828,10	
SUB-REPASSE RECEBIDO	303.923,31			REC.PROV.DE TRANSF.-CONVENIOS E OUTROS	361.038,95	
RECURSOS ARRECADADOS-RECEBIDOS	11.972.833,86			OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS	11.727.768,84	
RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS		368.135.316,93		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		57.803.675,15
CONSIGNACOES		361.167.412,15		TRANSF.CONCEDIDAS P/EXEC.ORCAMENTARIA		303.923,31
RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO-INSCRICAO	5.018.110,56			REPASSE CONCEDIDO	303.923,31	
GANHOS COM A DESINCOP. DE PASSIVOS	1.949.794,22			TRANSF.CONC.P/APORTES RECURSOS P/O RPPS		57.499.751,84
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		52.045.841,28		PAGAMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS		372.991.624,60
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	52.026.154,97			CONSIGNACOES		362.228.126,30
DEPOSITOS RESTIT. E VAL.VINCULADOS	19.686,31			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		5.801,09
				RESTOS A PAGAR DE EXEC.ANTERIOR - BAIXA		10.757.697,21
				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE		39.629.255,32
				CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		39.609.569,01
				DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VAL.VINCULADOS		19.686,31
TOTAL		1.411.861.761,05		TOTAL		1.411.861.761,05

FONTE SIAFEM 2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

O “Restos a Pagar”, inscrito no exercício foi de **R\$-5.018.110,56** (cinco milhões, dezoito mil, cento e dez reais e cinquenta e seis centavos), representando **0,53%** do total da despesa realizada no exercício em questão.

ÊNFASE

Nota Explicativa:

1. Com relação aos **registros contábeis**, observou-se **lançamento de despesa incompatível com a finalidade do TJPA**, à exemplo do lançado nesta UG “Despesa 311310101 - **Soldo**”, classificando erroneamente a Gratificação (Lei 6550, de 04/11/2002) devida aos militares cedidos ao TJPA, quando normalmente essa despesa é classificada pelo Tribunal na conta 311110245- “Auxílio de Exercício em Unidade Diversa”.
2. Outra inconsistência detectada, está na incompatibilidade de lançamento de despesa com Folha de Pagamento de exercício anterior, classificadas nas contas 311110220 - “Gratificação de Produtividade” e 311210224 - “Gratificação de Produtividade de Monitoramento de Fiscalização”, quando esses tipos de verbas não fazem parte das vantagens pagas por este Tribunal.

3.GESTÃO PATRIMONIAL

3.1 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais é resultado da relação entre o total das “Variações Patrimoniais Aumentativa-VPA” e o total das “Variações Patrimoniais Diminutiva-VPD”, que neste exercício evidenciou um déficit na ordem de **R\$-5.610.484,07** (cinco milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sete centavos), conforme quadro abaixo:

Quadro XII – Variações Patrimoniais

VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS			991.680.602,84
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		991.680.602,84	
VALORLE GANHOS C/ATIVOS E DESINCRP.PASSIVOS			1.949.794,22
DESINCRPORACAO DE PASSIVOS		1.949.794,22	
TOTAL DAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			993.630.397,06
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
PESSOAL E ENCARGOS		825.655.105,90	
REMUNERACAO A PESSOAL	641.762.502,19		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

ENCARGOS PATRONAIS	93.511.297,61		
BENEFICIOS A PESSOAL	84.860.460,14		
OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	5.520.845,96		
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		97.911.632,76	
APOSENTADORIAS E REFORMAS	96.673.706,10		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIAR.E ASSISTENCIAI	1.237.926,66		
USO DE BENS,SERVIC.E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		8.073.178,09	
SERVICOS	8.073.178,09		
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		57.803.675,15	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	57.803.675,15		
TRIBUTARIAS		8.310.264,37	
IMPOSTOS,TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	171.485,66		
CONTRIBUICOES	8.138.778,71		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.487.024,86	
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.487.024,86		
TOTAL DAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		999.240.881,13	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			(5.610.484,07)

Na análise do demonstrativo das Variações Patrimoniais acima, evidencia-se ainda o total da despesa com “Aposentadoria e Reforma” de **R\$-96.673.706,10** (noventa e seis milhões, seiscentos e setenta e três mil, setecentos e seis reais e dez centavos), referente ao gasto com a folha de inativos, processada pelo TJPA, conforme quadro abaixo.

Quadro XIII - Despesa com Inativos/TJPA

DESPESA	FONTE DE RECURSOS		VALOR
	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	101002512	FOLHA INATIVO/PENS. OUTROS PODERES	53.438.189,33
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR-INATIVOS	101002512	FOLHA INATIVO/PENS. OUTROS PODERES	7.893,86
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	254002992	FINANPREV CONT SERV. OUTROS PODERES	901.702,64
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	254002993	FINANPREV CONT SERV. OUTROS PODERES	121.484,83
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	258002992	FINANPREV CONT PATRIONAL OUTROS PODERES	38.868.945,53
APOSENTADORIAS,RESERVAS REMUN. E REFORMA	658002993	FOLHA INATIVO/PENS. OUTROS PODERES	52.267,53
DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR-INATIVOS	658002992	FOLHA INATIVO/PENS. OUTROS PODERES	3.283.222,38
TOTAL			96.673.706,10

FONTE: SIAFEM (2016) – BO (2016).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

ÊNFASE:

Nota Explicativa:

1. Ao analisar o detalhamento da despesa de “Aposentadoria e Reforma”, evidenciada na VPD (Quadro XII), por sub elemento e com as fontes de recursos também detalhadas, observa-se que neste montante **não foram incluídas as despesas no total R\$-924.011,89** (novecentos vinte quatro mil, onze reais e oitenta e nove centavos) classificadas em sub-elemento pertencente ao grupo de despesa do Pessoal Ativo, o caracteriza inexatidão, visto que o valor da referida conta restou computada a menor.
2. A despesa com a “Patronal do Inativos”, classificada na “Natureza de Despesa 31911383”, na ordem de **R\$-10.475.412,61** (dez milhões quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e um centavos) realizada na “Fonte 101- Recursos Ordinário”, **também não foi incluída na despesa com “Aposentadoria e Reforma”, apurada na “VPD”, tendo em vista que o sistema SIAFEM não considera essa “Natureza de Despesa” como “Aposentadoria e Reforma”.**
3. De igual modo, pelos mesmos fatos acima, deixou de ser incluída a despesa com a “Patronal dos Pensionistas”, classificada na “Natureza de Despesa 31911385”, no valor de **R\$-3.530.223,49** (três milhões, quinhentos trinta mil, duzentos vinte e três reais e quarenta e nove centavos) também custeada com a “Fonte 101 - Recursos Ordinários”, conforme **Quadro XIV** a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

SUB-ELEMENTO DE DESPESA		FONTE DE RECURSO-DETALHADA		DEPESA DE APOSENTADORIA E REFORMA		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	TOTAL	COMPUTADA	NÃO COMPUTADA
RPPS - PATRONAL - CIVIL INATIVO	31911383	RECURSOS ORDINARIOS	101000000	10.475.412,61		10.475.412,61
RPPS - PATRONAL - PENSIONISTA CIVIL	31911385	RECURSOS ORDINARIOS	101000000	3.530.223,49		3.530.223,49
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	31900101	RECURSOS ORDINARIOS (VINCULADO A PREVIDÊNCIA)	101002512	49.303.497,28	49.303.497,28	
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	31900106	RECURSOS ORDINARIOS (VINCULADO A PREVIDÊNCIA)	101002512	4.134.692,05	4.134.692,05	
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. E REFORMAS	31909201	RECURSOS ORDINARIOS (VINCULADO A PREVIDÊNCIA)	101002512	7.893,86	7.893,86	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31909211	RECURSOS ORDINARIOS (VINCULADO A PREVIDÊNCIA)	101002512	733.631,85		733.631,85
OUTRAS DESP.VARIAVEIS- PESS CIVIL	31909216	RECURSOS ORDINARIOS (VINCULADO A PREVIDÊNCIA)	101002512	171.174,85		171.174,85
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	31900101	RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	254002993	901.702,64	901.702,64	
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	31900106	RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	254002994	121.484,83	121.484,83	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	31909211	RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-SERVIDOR	254002995	19.205,19		19.205,19
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	31900101	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	258002992	36.137.089,43	36.137.089,43	
13 SALARIO - PESSOAL CIVIL	31900106	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL	258002992	2.731.856,10	2.731.856,10	
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	31900101	RECUR.PROP.FUNDO FINAN.PREV.EST.PARA-SERVIDOR (SUPERÁVIT)	654002993	52.267,53	52.267,53	
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	31900101	REC.PROP.FUNDO FINANC.PREV.EST.PARA-PATRONAL (SUPERÁVIT)	658002992	3.283.222,38	3.283.222,38	
TOTAL				111.603.354,09	96.673.706,10	14.929.647,99



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

3.1 0BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

No exercício ora analisado, apesar da situação deficitária apresentada, a UG 040101 mantém ainda uma situação patrimonial confortável, tanto quanto aos índices de liquidez, de solvência e de endividamento, conforme demonstrado no **Quadro XV** o Balanço Patrimonial:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

ATIVO			PASSIVO E PATRIMONIO			
ATIVO CIRCULANTE			LIQUIDO			
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			PASSIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIV.DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL			39.629.255,32	OBRIG.TRAB,PREVID.E ASSIST.A PAGAR A C.PRAZO		3.961.973,31
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			19.686,31	PESSOAL A PAGAR		3.961.973,31
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS			19.686,31	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		1.006.137,25
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE			39.629.255,32	FORNEC.E CONTAS A PAGAR NACIONAL A C.PRAZO		1.006.137,25
ATIVO NAO CIRCULANTE			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		50.000,00	
IMOBILIZADO			96.991.741,29	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO		282.083,14
BENS MOVEIS			46.876.641,70	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		282.083,14
BENS IMOVEIS			50.115.099,59	VALORES RESTITUIVEIS		282.083,14
TOTAL DO ATIVO NAO CIRCULANTE			96.991.741,29	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		5.300.193,70
TOTAL DO ATIVO			136.620.996,61	TOTAL DO PASSIVO		5.300.193,70
			PATRIMONIO LIQUIDO			
			RESULTADOS ACUMULADOS		131.320.802,91	
			SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS		136.931.286,98	
			APURACAO DE RESULTADO PROVISORIO DO EXERCICIO		-5.610.484,07	
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.320.802,91	
TOTAL DO ATIVO			136.620.996,61	TOTAL DO PASSIVO		136.620.996,61

Fonte SIAFEM2016



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

O resultado negativo do exercício reduziu o valor da “Disponibilidade de Caixa” da UG que em 2015 era de **R\$-39.939.545,69** (trinta nove milhões, novecentos e trinta nove mil, quinhentos quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) e finda 2016 com o montante de **R\$-34.329.061,62** (trinta e quatro milhões trezentos vinte e nove mil sessenta e um reais e sessenta e dois centavos). Abaixo apresenta-se quadro demonstrativos com o detalhamento da “Disponibilidade de Caixa” de 2015 e de 2016:

Quadro XVI – Situação de 2015

FONTE DE RECURSOS	SUPERAVIT FINANCEIRO- 2015		
	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR	VALOR
ORDINARIA - RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL			22.013.687,86
0101000000	RECURSOS OEDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	14.054.529,45	
0101002512	RECURSO FOLHA DE INATIVO/PENSIONISTA	14.995.019,42	
0301002512	RECURSOS ODINÁRIOS TESOUREO ESTADUAL (SUPERÁVIT FINANCEIRO)	-947.966,64	
0101002512	RECURSO FOLHA DE INATIVO/PENSIONISTA	-6.087.894,37	
VINCULADA - RECURSOS DESTINADOS A PREVIDENCIA SOCIAL-RPPS			10.587.078,42
0254002992	FINANPREV. CONTRIB.SERVIDOR OUTROS	-30.901,41	
0258002992	FINANPREV. CONTRIB.PATRIONAL OUTROS	5.034.514,75	
0654000000	FINANPREV. CONTRIB.SERVIDOR OUTROS (SUPERÁVIT FINANCEIRO)	0,02	
0658002992	FINANPREV. CONTRIB.PATRIONAL OUTROS (SUPERÁVIT FINANCEIRO)	1,00	
0658002992	FINANPREV. CONTRIB.PATRIONAL OUTROS (SUPERÁVIT FINANCEIRO)	5.583.464,06	
VINCULADA	RECURSOS PROVINIENTE DE TRANSF. DE CONVÊNIOS E OUTROS		256.043,73
0106000000	RECURSO PROV.DE TRANSFERENCIA DE CONVÊNIO	209.575,74	
0306000000	RECURSO PROV.DE TRANSF. DE CONVÊNIO (SUPERÁVIT FINANCEIRO)	45.431,39	
0660000000	RECURSO PROV.DE TRANSF. DE CONVÊNIO	1.036,60	
VINCULADA	RECURSO PROV.DO FUNDO EST. DE DEFESA		
0320000000	RECURSO PROV.DO FUNDO EST. DE DEFESA	61.929,96	61.929,96
OUTRAS	OUTRAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS		7.020.805,72
0112000000	RECEITA PATRIMONIAL- OUTROS PODERES	372,29	
0310000000	AJUSTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE	4.142,07	
0312000000	RECEITA PATRIMONIAL – OUTROS PODERES 9SUPERÁVIT FINANCEIRO)	6.817.939,79	
0322000000	RECURSO DO TESOUREO VINCULADO A FAZENDA	198.351,57	
	TOTAL		39.939.545,69

Fonte Siafem de 2015



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

Quadro XVII – Situação de 2016

FUNTE DE RECURSOS	SUPERAVIT FINANCEIRO- 2016		
	FUNTE DE RECURSOS		
	01-RECURSOS ORDINARIOS DO TESOIRO ESTADUAL		19.243.403,29
010100000	RECURSOS ORDINARIOS DO TESOIRO ESTADUAL	2.378.303,57	
0101002512	RECURSO FOLHA DE INATIVO/PENSIONISTA	1.733.110,53	
030100000	RECURSOS ORD.TESOIRO ESTADUAL (SUPERÁVIT)	5.913.837,50	
0301002512	RECURSO FOLHA DE INATIVO/PENSIONISTA (SUPERÁVIT)	9.218.124,69	
	13-REC.DESTINADOS A PREVIDENCIA SOCIAL-RPPS		8.197.735,70
0254002992	FINANPREV. CONTRIB.SERVIDOR OUTROS	19.235,26	
0254002993	FINANPREV. CONTRIB.SERVIDOR OUTROS	19.079,71	
0654002992	FINANPREV. CONTRIB.SERVIDOR OUTROS (SUPERÁVIT)	0,02	
0658002992	FINANPREV. CONTRIB.PATRONAL OUTROS (SUPERÁVIT)	8.159.420,71	
	15-REC.PROV.DE TRANSFERENCIAS-CONVENIOS E OUT		46.474,14
010600000	RECURSO PROV.DE TRANSFERENCIA DE CONVÊNIO	6,15	
030600000	RECURSO PROV.DE TRANSFERENCIA DE CONVÊNIO	45.431,39	
066000000	RECURSO PROV.DE TRANSF. DE CONVÊNIO	1.036,60	
	16-RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM.DIRETA		61.929,96
032000000	RECURSOS DESTINADOS A FUNDOS DA ADM.DIRETA	61.929,96	
	50-OUTRAS DESTINACOES DE RECURSOS		6.779.518,53
031000000	AJUSTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA POR FONTE	4.142,07	
031200000	RECEITA PATRIMONIAL – OUTROS PODERES (SUPERÁVIT)	6.577.024,89	
032200000	RECURSO DO TESOIRO VINCULADO A FAZENDA	198.351,57	
	Total das Fontes de Recursos		34.329.061,62

Fonte Siafem de 2016

Analisando o detalhamento das fontes de recursos dos valores acima demonstrados, observou-se inconsistência, a dizer: “0320-REC.PROP.FUNDO FUNDO DA ADM.DIRETA”, “0310-AJUSTE DE DISP. FINANC POR FONTE”. O Departamento Financeiro-SEPLAN/TJPA buscou informações e esclareceu relacionar-se a valores do Tribunal e que ao serem lançadas em ano seguinte como superávit, ficaram com classificação indevida, impossibilitando sua utilização pelo Tribunal, visto tratar-se de fonte de recursos alheia a seu orçamento. Aquele Departamento informou ainda já ter tomado providências no sentido de corrigir as inconsistências.



3.3 DA ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

O controle dos bens patrimoniais do TJPA é administrado através de sistema informatizado THRMA-ERP.

Em 2008 foi constituída, por meio da Portaria nº 1274/2008-GP, uma comissão responsável pelo levantamento de todos os bens móveis e imóveis do Tribunal, denominada *Comissão Técnica Permanente de Patrimônios*.

Cumprindo os preceitos legais, foi juntado à Prestação de Contas, CD enviado pelo Departamento de Patrimônio, contendo os Inventários Bens Móvel, Imóvel, Relação dos Bens Adquiridos (móveis) e dos Baixados (móveis) no exercício.

Os procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis a serem observados pelos órgãos públicos são estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T.

Por meio da Resolução CFC nº 1.137/2008 foi aprovada a NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativo e Passivo em Entidade do Setor Público, que estabelece os critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

De acordo com a referida Comissão Técnica, os bens imóveis são avaliados quando do registro no Sistema THEMA, por um membro da comissão, com formação em engenharia.

ÊNFASE.

Nota Explicativa (idem na UG040102):

1) Analisando os dados constantes no referido CD observa-se que o levantamento feito pela comissão técnica não obedeceu aos critérios da NBC T 16.10, uma vez que foram elaborados considerando o valor de custos dos bens móveis.

De outro lado, em relação aos imóveis observou-se algumas inconsistências, quais sejam: 1. ausência de registro de alguns imóveis e 2. imóveis com avaliação defasada.

A Comissão Técnica esclareceu o seguinte: a) No sistema THEMA só estão registrados os bens imóveis legalizados; b) Os bens adquiridos, reformado, ampliados ou construídos em 2016 ainda não estão registrados no Sistema; c) Mesmo os imóveis que estão registrados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA

carecem de nova avaliação; d) estão adotando providência para alinhar o sistema para operar conforme as diretrizes de contabilidade pública.

Dessa forma, a inconsistência apontada **representa não conformidade com as novas normas de contabilidade aplicada ao setor público - NBC-T 16.10- Resolução CFC 1.137/2008.**

- 2) Com relação dos registros contábeis no SIAFEM, observa-se inexatidão quanto aos materiais baixados da conta “Estoque”.

O Departamento Financeiro informa que foram feitos os lançamentos somente até 2º Quadrimestre de 2016.

- 3) Ainda ao que se refere aos registros contábeis, observou-se que a exemplo da UG 040102, encontra-se gravado na conta do Ativo Circulante 123210601- “Obras em Andamento”, o montante de **R\$-40.246.543,25** (quarenta milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos), quando, na realidade, o valor das obras TJPA, que estavam andamento em 31 dezembro de 2016, era de aproximadamente **R\$-15.000.000,00** (quinze milhões de reais), o que deve ser efetuado lançamento de transferência do montante de **R\$-40.246.543,25** (quarenta milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos) para a conta contábil do Ativo Imobilizado- “123210103-Edifícios”, visto que todas as obras atualmente são executadas na UG 040102- FRJ.

- 4) Com relação aos bens móveis alienados, não registrados no Sistema, a informação obtida do Departamento Financeiro é a de que estes deixaram de ser lançados em razão da não implementação pela Secretaria de Estado da Fazenda-SEFA de evento no SIAFEM de 2016, para os devidos registros, de acordo declaração anexa.

A seguir, apresenta-se quadro com comparativo dos registros do Sistema SIAFEM x Sistema de patrimônio THEMA-ERP, demonstrando as inexatidões acima referidas, nas ênfases 1 e 4:

Quadro XV - Bens Móveis e Imóveis do TJPA (UG 040101 e 040102)

DESCRIÇÃO	BALANÇO (R\$)	INVENTÁRIO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
BENS MÓVEIS	164.396.409,45	67.842.779,45	79.073.976,78
BENS IMÓVEIS	108.230.426,20	105.122.789,46	27.138.348,00
BENS ADQUIRIDOS (MÓVEIS)	17.294.111,24	5.025.797,37	1.727.497,98
BENS ADQUIRIDOS (IMÓVEIS)	12.848.054,73	0	1.727.497,98
BENS BAIXADOS (MÓVEIS)	-	691.788,39	-2.779.720,51

Fonte: Business Objects- BO/2016 e SIAFEM/2016 e Informações THEMA.



4. DA ELABORAÇÃO DA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA:

A conciliação bancária foi realizada, mês a mês, evidenciando tanto do saldo em banco e quanto em carteira (SIAFEM), caracterizando o correto procedimento.

5. DA ASSINATURA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS:

Neste período foram firmados 40 convênios, dentre esses 23 de parceria com Prefeituras Municipais e Órgãos Estaduais, com o objetivo de cessão de servidores para reforço do quadro de pessoal do TJPA, conforme relação anexa.

Somente 01 convênio, firmado com a FASEPA (nº 034/2016), tem custo para o TJPA na ordem de **R\$-296.208,00** (duzentos e noventa e seis mil, duzentos e oito reais) com vigência até 22/08/2018.

Foram firmados ainda 05 convênios de Cooperação Técnica, onde o TJPA é conveniado.

6. DA CONCLUSÃO

Conforme disposições contidas na legislação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios e processos de contas da Administração Pública Estadual foram examinados os atos de gestão referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, dos agentes constantes do rol de responsáveis.

Os exames foram efetuados em consonância com as normas e técnicas de auditoria aplicadas ao setor público e contemplaram as seguintes medidas: 1. verificações quanto ao cumprimento das leis, normas e regulamentos aplicáveis às diversas áreas e atividades examinadas; 2. comprovações quanto à legitimidade dos documentos que deram origem às mencionadas peças e dos atos de gestão praticados; 3. análises quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; 4. aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria, com o objetivo de manifestar a opinião sobre as contas aqui tratadas.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
DIVISÃO DE AUDITORIA**

Adicionalmente, para conclusão das avaliações da gestão, foram consideradas, também, as atividades de acompanhamento da gestão realizadas pela Secretaria de Controle Interno, na forma de controle prévio e concomitante, durante o exercício sob análise.

O resultado apontou para uma gestão empenhada em reduzir fragilidades e riscos administrativos e preocupada em fortalecer institucionalmente a atuação das atividades de controle interno.

Assim, fundamentado neste relatório e nos exames levados a efeito, certificamos a **APROVAÇÃO DAS CONTAS.**

É o relatório.

Belém, 30 de março de 2017.

ELIANA CONCEIÇÃO VASQUES DA SILVA PEREIRA
Analista Judiciária / Contadora – CRCPA 6034

DEBORA MORAES GOMES
Secretária de Controle Interno- TJPA